

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

23 de fevereiro de 2022

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO – EXAME DE COINCIDÊNCIA DE RECURSO

I

- a) *Suponha que António foi recentemente eleito Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade. Por ainda não dispor de um veículo oficial, António optou por se deslocar ao trabalho na sua viatura particular, ainda que devidamente identificada. A Agente Berta, ao perceber que se encontrava outro automóvel, que não a viatura oficial, no lugar oficial do Presidente da Junta, aplicou uma coima no valor de 100 euros. Tendo por base o artigo considerado pela Agente Berta (artigo único: «1 - O espaço de estacionamento à frente da entrada, devidamente identificado, está reservado para o veículo oficial do Presidente da Junta. 2 - O incumprimento do número anterior implica o pagamento de uma coima no valor de 100 euros»), pronuncie-se sobre a aplicação da referida coima (4,5 valores).*
- i. Identificar o problema interpretativo: a palavra “veículo oficial” padece de incerteza linguística;
 - ii. Identificar os elementos interpretativos relevantes, em particular o elemento literal e o elemento teleológico, e proceder à sua aplicação ao caso concreto;
 - iii. Concluir pela divergência entre o elemento literal e um dos elementos lógicos (o teleológico), explorando as diversas visões sobre o tema;
 - iv. Apurar se o resultado interpretativo alcançado tem o mínimo de correspondência verbal com a letra da lei;
 - v. Caracterizar o resultado interpretativo alcançado (interpretação extensiva).
- b) *Imagine que, apesar do disposto no mencionado artigo, nos últimos 15 anos, vários presidentes da junta de Alvalade utilizaram uma viatura particular, devidamente identificada, estacionando no lugar oficial que lhes estava destinado. Esta prática era tolerada pelas autoridades, não existindo qualquer registo da aplicação de coimas. Qual a relevância desta prática na resposta à questão anterior? (3,5 valores).*
- i. Discorrer sobre o preenchimento dos dois elementos de cuja verificação depende a emergência de uma norma costumeira – prática social reiterada e convicção de obrigatoriedade –, caracterizando-os;
 - ii. Concluindo-se pela negativa, problematizar sobre a distinção entre costume e desuso, explicitando as consequências da inefetividade de uma norma jurídica.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

23 de fevereiro de 2022

II

Responda de forma direta e sucinta às seguintes questões:

a) *Densifique e distinga os conceitos de interpretação ab-rogante lógica e interpretação ab-rogante valorativa (3 valores).*

- i.** Definir o conceito de interpretação ab-rogante lógica, explicitando que tem lugar sempre que não é possível retirar de um enunciado normativo uma norma jurídica com sentido útil, fornecendo exemplos;
- ii.** Definir o conceito de interpretação ab-rogante valorativa, reportando-o às situações que o intérprete procura resolver uma incompatibilidade valorativa entre dois preceitos, fornecendo exemplos;
- iii.** Refletir sobre a admissibilidade de ambas as figuras.

b) *Fundamente por que motivo inexistente uma hierarquia normativa entre normas produzidas por lei e normas produzidas por decreto-lei (3 valores).*

- i.** Esclarecer que inexistente uma hierarquia normativa entre normas produzidas por lei e normas produzidas por decreto-lei em virtude do disposto no n.º 2 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa;
- ii.** Explicitar a diferença entre a hierarquia e a subordinação, fornecendo como exemplo a relação entre leis de autorização e decretos-leis autorizados e entre leis de bases e decretos-leis que as desenvolvem.

III

Comente uma, e só uma, das seguintes afirmações (4 valores):

a) *“A convicção de obrigatoriedade pressupõe como já constituído o direito para cuja constituição deveria contribuir.*

- i.** Enquadrar a questão no âmbito do reconhecimento do costume como fonte do direito, indicando os dois elementos – prática social reiterada e convicção de obrigatoriedade – de cuja verificação depende a emergência de uma norma costumeira;
- ii.** Densificar o conceito de convicção de obrigatoriedade;

Grupo I: 8 valores / Grupo II: 6 valores / Grupo III: 4 valores

Redação e sistematização: 2 valores

Duração da prova: 1h30

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

23 de fevereiro de 2022

iii. Problematizar sobre a objeção da circularidade, abordando as diversas tentativas de superação do problema.

b) *Não há nenhuma justificação para autonomizar a redução teleológica da interpretação restritiva.*

i. Definir o conceito de interpretação restritiva, indicando as condições em que a mesma pode ocorrer, deixando bem claro que se trata de um resultado interpretativo que ocorre ainda no quadro do linguisticamente admissível, isto é, no âmbito da letra da lei;

ii. Definir o conceito de redução teleológica, indicando as condições em que a mesma pode ocorrer, explicitando que a mesma é orientada pelo elemento teleológico e vai para além do linguisticamente admissível; relacionar com os conceitos de «desenvolvimento do direito» e de lacuna; e referir os problemas suscitados pela figura;

iii. Problematizar sobre as posições doutrinárias que discordam da autonomização da figura da redução teleológica face à interpretação restritiva.